



**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do Concelho de Figueira
Castelo Rodrigo, realizada no dia vinte e
nove de abril de dois mil e dezasseis**

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis pelas quinze horas, no Antigo Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Quintã de Pero Martins, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Maria João Almeida André;-----

----- - Pedro Manuel Morgado Dareí, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo;-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----Antes de dar a palavra ao público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, que aproveitou para fazer as honras da recepção, agradecendo nomeadamente aos membros da assembleia e da câmara municipal. Agradeceu também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de ter aceite o convite que lhe tinha endereçado, para se realizar esta sessão da assembleia municipal aqui na Quintã de Pero Martins, e não na Freixeda do Torrão ou na Penha de Águia, e que já justificaria o porquê. Também realçou a ideia de que realmente queriam simbolizar esta sessão da assembleia municipal de uma forma muito própria a Junta de Freguesia, uma vez que nas três localidades foram colocadas as novas placas relativas a cada uma delas, dizendo: «Bem-Vindo à Freixeda do Torrão», «Bem-Vindo à Penha de Águia» e «Bem-Vindo à Quintã de Pero Martins», significando que querem vir a receber e que tem todo o gosto em receber, e que naquele dia todos os membros da Junta de Freguesia bem como todo o povo da Quintã de Pero Martins estavam muito felizes por os estarem ali a receber, tendo-se congratulado e agradecido a todos por terem comparecido. Aproveitou ainda a ocasião para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que o facto desta sessão da assembleia se estar ali a realizar era porque realmente aquela terra era alvo de preocupação, uma vez que os mais novos continuavam a sair para

estudar, os de média idade eram obrigados a sair para trabalhar, os idosos acabavam por ir para os Lares e para os Centros de Dia das outras localidades, e aqueles que acabavam por ficar, tal como os residentes poderiam atestar, passavam o dia todo nos campos, e aquela terra acabava por ficar completamente deserta durante o dia, e por isso mais uma vez quis pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que os ajudasse a resolver o problema da obra número um que teriam que fazer neste mandato, o Centro de Convívio, uma vez que o projeto estava feito e para quem não sabia já tinham uma casa que estava pronta para realizar as obras, e por isso reforçou a ideia daquilo que a Junta de Freguesia pretendia para as três localidades, tendo escolhido duas obras para cada uma, em que na Quintã de Pero Martins tinha ficado estipulado como obra número um a construção do Centro de Convívio, e gostaríamos ainda de o fazer este ano, e por isso pediu que tivesse esta situação em consideração, uma vez que era uma obra vital para aquela terra senão de futuro estaria sujeita a ser um povo completamente deserto, o que seria muito mau para todos nós e também para o concelho, e a obra número dois que passaria pelo alcatroamento do estradão que vai desde esta freguesia até ao Coa, pois na sua opinião seriam duas obras relativamente baratas e achava que existia a possibilidade da Câmara Municipal as poder executar. Para terminar a sua intervenção, e para provar que gostavam de receber bem as pessoas que os visitavam, no final da sessão da assembleia municipal iria haver um pequeno lanche, porque seria importante resolverem-se ali problemas do concelho, mas também não deixaria de ser importante conviverem e juntarem-se todos um pouco também, e para se poder por de lado por uns instantes a política, e nesse sentido sabermos conviver uns com os outros. Finalizou a agradecer a presença e atenção de todos os presentes e fez votos que houvesse uma boa sessão.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, pelas suas boas-vindas e receção, e que pensava que tinham registado as preocupações do autarca, mas que era preciso concretizá-las. Pensava ainda que durante a sessão talvez falasse sobre a problemática das aldeias, e nesse sentido, destacou que há relativamente pouco tempo que a Câmara Municipal do Sabugal tinha organizado um evento na freguesia da Bendada, para realmente se discutirem os problemas do que são as aldeias neste nosso Interior, pois para além da periferia ainda existem mais periferias dentro do Interior, no qual estava presente gente qualificada como o Professor Mateus, o Ministro da Agricultura e todo um conjunto de individualidades que tinham estado lá toda a tarde precisamente a falar sobre a problemática das aldeias e a forma possível para não as deixar morrer, porque essa é que é a grande questão e preocupação, não morrerem as aldeias e o Interior; no fundo é essa a grande problemática que se tem, e que se resume a uma coisa muito simples que passa por povoar, pois tem-se que povoar estes territórios e arranjar uma forma de os povoar, e há soluções, e já foram apresentadas várias soluções."-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou então abrir o período de intervenção ao público. Alguém do público quer falar? Vou passar a palavra ao Senhor Fernando Martins."-----

----- **Fernando Martins:** “Boa tarde a todos. Tenho uma situação de um terreno em Figueira de Castelo Rodrigo, que já há uma década ou mais para vir a ser resolvido, o qual não sei se conhecem, ali em frente ao Sr. Pina, em que a Câmara Municipal tem lá uma tira nesse terreno em todo o comprimento da estrada, e no qual eu expus se por acaso me vendiam o terreno que era para fazer a construção da casa, e então deram-me a opção no qual me davam o terreno encostado à estrada em troca do outro terreno por trás, mas é assim, como a Junta Autónoma de Estradas tem que recuar obriga a recuar a construção. Perante esta situação, gostava se vendessem o terreno, no qual eu o queria trocar porque aumenta a área, uma vez que a Junta Autónoma das Estradas obriga a recolher nove metros e já há uma década que existe esta situação e nunca me resolveram nada. Como é obvio, que enquanto e não a gente desanima, e em vez de fazermos investimentos aqui fazemo-lo noutra sítio.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Desculpe lá o obstáculo é de quem? Quem é que está a por obstáculos a isto?”-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “Segundo tenho conhecimento o terreno pertence à Câmara Municipal por direito, e era para fazer a aquisição do terreno para poder construir aquela obra em condições.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Eu penso que aquilo que eu percebi do problema, é que há uns lotes de terreno em que o Senhor está incluído e que não estão reconhecidos. É isso?”-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** “Senhor Presidente a situação é a seguinte, o Senhor Fernando tem lá um terreno, mas como está junto ao traçado principal a Junta Autónoma das Estradas pediu para se alterar o alvará, uma vez que há terrenos nas traseiras, e então o que é que se poderia fazer? Era comprar os terrenos nas traseiras para se ficar com a área de construção necessária para o loteamento, e para isso só era preciso a Câmara Municipal fazer um loteamento para se poder comprar a área necessária para o efeito pretendido.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Quer dizer que estes terrenos são municipais.”-----

----- **María da Conceição Laviados Aguiar, Deputada Municipal:** “Há casas em que lhes foi tirado à frente e dado atrás é bom que se entenda, e que inclusivamente se fizeram lá obras direcionadas para as Piscinas Municipais, e por isso não se entende as pessoas que estão neste impasse e não lhes resolvem o problema. Não é motivo para estarem neste impasse.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Só dizer que o Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia e a Senhora Deputada María da Conceição Laviados Aguiar não são do público, mas intervieram para esclarecer a situação. Mais intervenções do público? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos.”-----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **2.1. Comemorações do 25 de Abril de 1974.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Eu penso que neste mandato é o terceiro 25 de abril que festejamos, e têm-se apercebido que temos diversificado as

comemorações de abril neste espaço. Em primeiro lugar, reativámos as comemorações de abril de uma forma efetiva e empenhada tentando diversificar essas comemorações, pois no primeiro ano fizemos aquilo que é tradicional fazer-se noutros espaços que é uma Sessão Solene, no segundo ano diversificámos e foi realizada a Poesia de abril, em que convidámos a população jovens e não jovens, a fazer e a declamar poesia de abril, penso que foi interessante, e este ano diferenciámos também porque quisemos ter ao longo do mês de abril várias iniciativas, pois realizámos o Fórum «Desenvolver a Periferia/Que Políticas de Povoamento?», em que alguns de vós aqui presentes participaram e seria bom que houvesse um maior empenhamento dos políticos, em que vieram cá pessoas com muita credibilidade, nomeadamente a senhora responsável da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Dra. Helena Freitas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sousel em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como o Dr. Correia de Campos, ex- Ministro da Saúde a falar-nos de saúde, e eu próprio fiz uma apresentação com um conjunto de propostas para tentarmos inverter este ciclo. Portanto começámos com um Fórum sobre aquilo que nos preocupa, desenvolver a periferia, que políticas de povoamento e formas de povoarmos estes territórios, que esse é que é o nosso grande problema. Depois na segunda semana, efetuámos as Comemorações do 40.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, em que tivemos a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Doutor Jorge Lacão, a qual foi também uma sessão muito interessante, em que nos fez um historial do que foi a Constituição e até chegarmos à Constituição de 1974, e depois as várias reformas e alterações a esta, designadamente naquilo que concerne ao Poder Local e aquilo que foram as várias políticas do Poder Local consagradas na Constituição da República Portuguesa, tais como a consagração de autarquias, autonomia e da descentralização, pois foram essas as grandes conquistas da Constituição de 1974. No dia 25 de abril tivemos uma caminhada, em que eu próprio estive presente e pensava que não chegava ao fim mas aguentei-me forte e feio, até porque tinha vergonha uma vez que havia pessoas com oitenta anos a fazerem ali calmamente os seus cinco quilómetros, e eu pensava que não iria conseguir fazer essa caminhada, uma vez que estou um bocado desativado destas lides desportivas. Neste sentido, tentámos assim este ano diversificar o que são as Comemorações do 25 de Abril de 1974, mas bem ou mal é esta a nossa forma de estar e com certeza que para o ano teremos outras iniciativas, pois quem me conhece sabe que gosto de inovar e de fazer diferente porque temos que nos diferenciar, tanto que eu cada vez mais concebo e luto para que os territórios tem que se diferenciar se quiserem salvar-se, pois não podemos fazer todos iguais, não podemos ser todos iguais, uma vez que temos territórios diferentes, logo temos que ter soluções diferentes para esses territórios, e eu gosto de inovar nesta e noutras matérias. Por isso, colocámos na ordem de trabalhos e aproveitando a sessão de hoje, que quem quiser falar ainda porque ainda estamos no mês de abril, do 25 de Abril de 1974, do que foi o 25 de Abril, do que são os seus desejos e os seus desafios, aqueles que não foram conquistados, frustrações, enfim há aqui um espaço para falarmos disto se quiserem. Dou a palavra a quem quiser intervir."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** “Antes de mais queria penitenciar-me pelo facto de não ter podido comparecer nas últimas sessões da Assembleia Municipal, pois não tem sido possível comparecer, mas de qualquer forma tenho seguido quer a ordem de trabalhos quer depois as atas e

vejo que o trabalho está a ser feito com a elevação e a dignidade necessária, e que tem pautado a atuação desta assembleia. Queria congratular o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por estar a descentralizar as sessões da Assembleia Municipal, pois foi algo que foi decidido ainda no mandato anterior, criticado por alguns naquela altura mas a meu ver deu resultados e está a dar resultados, porque os órgãos necessitam de ter visibilidade local e nada melhor do que fazer deslocalizar, visto que nós somos poucos, a nossa ação a todos para dar visibilidade e para que as pessoas possam colocar as suas questões, e é importante até para legitimar a atuação dos políticos, porque cada vez mais essa ação está descredibilizada pelos maus exemplos que se veem quer a nível local, nacional e internacional, pois a ação dos políticos está cada vez pior pelo menos aos olhos do povo, e estas ações servem também para melhorar essa realidade. Queria também congratular a Mesa da Assembleia pelas recentes iniciativas que levou a cabo, nomeadamente aquelas da celebração do 25 de Abril, pois eu tive uma conversa por e-mail com o Senhor Primeiro Secretário sobre isso, e compreendo a necessidade de alterar o paradigma das comemorações e acompanho a Mesa nesses esforços, e queria dar os parabéns por isso. Queria agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia e também ao povo da Quintã de Pero Martins por nos receber de braços abertos, pois esta terra sabe receber muito bem e eu gosto muito dela, e acompanho as preocupações do Senhor Presidente naquilo que diz respeito à desertificação de todas as nossas aldeias, e aliás foi um dos temas de quando foi a tomada de posse, em que foi eleito o tema central do meu discurso, que era necessidade de olharmos para a desertificação como o problema maior do concelho, e passado dois anos cá está o tema, o qual tem de ser olhado de frente e tem que se fazer alguma coisa, pois concelho de Figueira de Castelo Rodrigo não aguenta mais dois três anos nesta situação. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções sobre esta temática? Vou passar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "É apenas para realçar o facto de ser preocupação da Mesa da Assembleia e naturalmente da Assembleia Municipal, onde todos nos sentimos corresponsáveis, comemorar o 25 de Abril de 1974, algo que alguns anteriores poderes autárquicos não fizeram, e tem sido coincidência ou não associar a estas comemorações a Semana Cultural do Livro e da Leitura que está ainda a decorrer, e cujo encerramento acontecerá amanhã com a apresentação de mais uma obra literária de um natural do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, o Doutor César Gomes, que irá apresentar amanhã pelas dezasseis horas o livro «Raia Molhada», que tem a ver um pouco com a nossa relação transfronteiriça e a fuga de alguns democratas que há data foram perseguidos antes do 25 de Abril de 1974, nomeadamente o Doutor Jaime Cortesão e o seu irmão que fugiram para Espanha aqui pela raia de Escalhão. Foi apresentado um outro livro por uma nossa conterrânea pelo casamento em Almofala, que foi na abertura da Semana Cultural do Livro e da Leitura, a Doutora Delfina Pimentel, que apresentou «O Livro que não escreveste» em memória de seu marido, o tio do nosso Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Almofala e Escarigo, o Senhor Nuno Pimentel. No domingo foram apresentados também dois livros de

dois cidadãos não propriamente do nosso concelho, mas a eles ligado por laços de trabalho e que estão preocupados com o desenvolvimento desta região raiana, tendo fundado a Associação Ribacudana, o Doutor Carlos d'Abreu e o António Sá Gué que tem uma editora livreira em Torre de Moncorvo. Portanto são já três obras apresentadas e amanhã será outra no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Foram desenvolvidas também outras atividades, designadamente direcionadas aos alunos que frequentam as nossas escolas, desde o pré-escolar privado e público até ao secundário. Ontem decorreu uma sessão, que penso q a Câmara Municipal sentir-se-à obrigada a trazê-la também para os pais e encarregados de educação deste nosso concelho, em que houve duas sessões orientadas para miúdos do segundo e terceiro ciclo e outra para o secundário, nomeadamente 'porquê ter que ler e como falar bem em público, o respeito que devemos ter para quem nos ouve e aqueles a quem estamos a ouvir', fundamentalmente isto, é importante que as Câmaras Municipais, nós Assembleia Municipal, que os poderes autárquicos se preocupem também com o futuro das nossas gentes, pois não é só querermos mais gente, queremos gente mais culta, mais responsável e mais respeitadora. Penso que fica aqui um desafio ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, para que promova uma sessão, ou no âmbito da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco) ou no de outras entidades, direcionadas para os menos jovens, para aqueles que tem responsabilidades na educação dos nossos filhos. Era só isso. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais intervenções? Eu sobre esta matéria queria deixar-vos para reflexão dois ou três temas, isto porque nós por vezes andamos preocupados com políticas do município, pois nós não nos podemos esquecer antes de mais que as freguesias são autarquias, não foram porque as freguesias descendem das antigas paróquias, mas hoje são centros administrativos e são autarquias, pois a Constituição da República Portuguesa diz que as autarquias são regiões, municípios e freguesias, e ser autarquia quer dizer que são independentes, são autónomas, tem a sua fonte de financiamento, tem as suas competências, são autónomas, é isso que quer dizer ser autarquias, mas é evidente que nestes nossos territórios essa autonomia deixa muito a desejar e era motivo para nós termos aqui um colóquio sobre esta temática, do que é ser autarquias no Interior. Onde que quer que seja, nós por vezes esquecemos que as freguesias também têm que ter uma política, e há dois princípios que regem aquilo que são a despesa pública nas freguesias e nos municípios mas eu estou mais a falar de freguesias, que é o chamado princípio da seletividade e o princípio da diversidade. O princípio da selectividade diz-nos que a utilidade social de uma despesa pública deve ser superior ao custo económico e social, caso contrário é melhor estarmos quietos e vou-vos dar exemplos que já aconteceram neste território, tais como eu construir um polidesportivo que não é utilizado é uma despesa que não tem sentido, porque o custo dela é superior à utilidade social que retiramos dela, mas se calhar fazer um Centro de Convívio tem todo o sentido, uma vez que o custo já não é superior à utilidade social, isto é, vamos tirar mais utilidade social do que aquilo que é o custo. Depois o princípio da diversidade, pois há muito o hábito de nós concentrarmos a despesa sempre nas mesmas áreas, temos que as diversificar, é o princípio da diversidade, da despesa, temos que diversificar as áreas e na medida do possível oferecer escolhas alargadas de opções aos seus destinatários, e o que é que eu quero dizer com isto, as freguesias se quisermos povoá-las porque é essa a questão, temos que olhar para outras

áreas que não são as tradicionais como as de arranjar os caminhos, temos que olhar para outras áreas, e uma área importante em que nós temos batalhado nisso, e está no projeto «Estou no Radan», é a área do envelhecimento ativo, pois hoje nós temos que fazer neste território, e para o ano se calhar é um desafio que o Senhor Presidente tem que encarar, que é candidatar o Município de Figueira de Castelo Rodrigo a «Município Amigo do Envelhecimento Ativo», pois a sua vila e as suas freguesias são amigas do envelhecimento ativo e esta tem que ser uma bandeira que temos que oferecer, e temos que ir à OMS (Organização Mundial de Saúde) e sermos credenciados, pois foi esta organização que lançou este programa, mas tem que nos dar o diploma para sermos um Município Amigo do Envelhecimento Ativo, isto atrai, porque se nós oferecermos saúde e o envelhecimento ativo, podemos atrair pessoas, e não tenho dúvidas que é por aqui que temos que fazer esse caminho, e o caminho que o Município tem feito até agora, nomeadamente na área da saúde através do Cartão de Saúde que hoje é a bandeira de Figueira de Castelo Rodrigo, pois eu nunca vi falar deste concelho de uma forma tão positiva e tão desafiante, uma vez que somos apontados como uma bandeira e uma referencia naquilo que é oferecer soluções de saúde inovadoras, isto é verdade e não estou a fazer publicidade gratuita, hoje é isto, pois não há município nenhum como o nosso que não tenha a ambição de ter uma solução igual, e é para isso que estão a trabalhar e com a nossa ajuda, uma vez que temos ajudado quem nos procura, temos dado essa ajuda. Agora oferecermos uma solução inovadora de saúde como à nossa complementar ao Serviço Nacional de Saúde, porque se ele não pode responder temos que responder com soluções, tem sido uma bandeira e um fator que nos diferencia e que nos dá uma mais-valia, mas pode também ser um fator de atração, pois se juntarmos a isto as políticas de envelhecimento ativo, as quais tem várias áreas, e aliás a Organização Mundial de Saúde diz-nos como é que essas políticas têm que ser implementadas, desde a atividade física com programas séniores ativos, desde a participação social através de atividades de lazer ligadas às novas tecnologias com vínculos intergeracionais, desde as habitações, desde a teleassistência e desde a mobilidade, o chamado 'cegonha-móbil', enfim que um dia será implementado seguramente, ou seja, nós hoje já temos o instrumento que a ser concretizado já nos pode dar uma bandeira e sermos credenciados como Município Amigo do Envelhecimento Ativo, mas vejam, as aldeias tem muitos espaços públicos, mas o que é que é a requalificação do espaço público? Nós não podemos ter no nosso espaço público bancos de granito, isso já foi há tempos, há vinte, trinta anos quando apareceram os bancos de granito se calhar eramos todos jovens e sentávamo-nos lá, mas hoje temos que ter mobiliário confortável, nós temos que por mobiliário urbano que hoje existem, temos que colocar mobiliário urbano confortável para as pessoas se atraírem para os nossos espaços públicos, pois o que é que custa comprar um conjunto de bancos de mobiliário e por as mesas para as pessoas estarem lá sentadas, uma espécie de convívio ao ar livre, e por meia dúzia de tostões conseguimos fazer isso pelas nossas aldeias e de oferecer aos nossos idosos um espaço de conforto, e é isso que marca a diferença, pois não podemos ter espaços que ninguém os ocupa, porque os espaços públicos é para serem ocupados confortavelmente, tanto que é o que estão a fazer nas cidades e outros municípios nesta área. Depois as freguesias têm que ter uma agenda cultural, lá aparecem as festas uma vez por ano, mas porque é que não hão de ter uma agenda cultural, pois custa alguma coisa fazer uma agenda cultural para as aldeias? De arranjar uma forma de conviver saudavelmente em torno de um

concerto, de qualquer coisa simples, pois não é preciso trazermos cá a Banda Filarmónica de Viena de Austria, mas é preciso haver uma agenda cultural que é para as pessoas terem vida, terem espaços com vida. A seguir é necessário fazer e está também no projeto «Estou no Radan», que o Município assuma a recuperação de casas nas aldeias, e casas para dois fins, e foi por acaso no outro dia no Fórum que uma Senhora nos alertou para uma importância fundamental para um tipo de casas, pois nós temos que ter casas recuperadas para a área de envelhecimento ativo, espaços de convívio eventualmente onde houverem espaços aqui como aos da Quintã de Pero Martins, mas se calhar há casas que podem ser transformadas para terem um espaço de convívio, e casas em que hoje há uma procura imensa pois as pessoas querem sossego, aquilo que se chama offline, querem estar fora da linha, querem estar desligadas, e nós temos que oferecer-lhes habitações que tenham esses espaços de conforto, de ausência de ruído, de paz de espírito, pois hoje é esta a procura que temos, mas também como dizia essa jovem, temos que ter para os jovens casas tecnológicas, isto porque um jovem tem que se sentir num espaço com acesso à tecnologia, e portanto também podemos oferecer nas nossas aldeias casas tecnológicas, onde tem acesso à internet e às novas tecnologias de informação, esses estão online mas há quem queira estar offline, uns querem estar ligados ao mundo, mas há quem queira estar desligado do mundo, e nós temos todas as condições para oferecer estas duas ofertas. Depois se alcançarmos isto temos que fazer uma coisa importante, que passa por efetuar um levantamento dos não residentes originários, é um trabalho que os Presidentes de Junta têm que fazer, pois nós temos que saber quem são e escrever-lhes a desafia-los a vir, a regressar, porque já temos saúde, envelhecimento ativo, venham, venham para cá, mas agora temos que ter um levantamento disto feito, porque eu acho que é possível fazer um programa integrado das aldeias e das freguesias em colaboração com o Município para de facto ganharmos escala, ganharmos atração, pois há dois momentos que nós temos que cumprir, um é dar qualidade de vida aos que cá estão, isso é importante e acho que estamos a conseguir, outra é povoarmos estes territórios, e esta parece-me o melhor caminho que temos para o fazer. Nós na nossa intervenção que quem a quiser ler está aqui, e que tem sido divulgada e eu tenho-a divulgado por todos os sítios, pois por exemplo na Assembleia da República mandei-a para todos o Gupos Parlamentares que me agradeceram imenso, mandámos para o Primeiro-Ministro e para os vários Ministros. Foram propostas que temos, porque para além destas políticas autárquicas o Governo Central tem que nos ajudar aqui e tem que ter uma política delicada. Eu já não tenho idade para acreditar em meia dúzia de balelas, já me custa acreditar nisso, já tenho sessenta e dois anos e já ando nisto há muitos anos, pois se querem desenvolver o Interior não vale a pena só com palavras temos que ter atos concretos para o desenvolver, e acima de tudo o problema do Interior é as preferias como às nossas que nos preocupa, e se não existir uma política central como nós defendemos ligada à fiscalidade, pois vejam que nós propusemos o estatuto de residente não habitual nos territórios periféricos, tanto que hoje estamos a atrair imensos franceses e suíços porque temos um regime fiscal de atração para os residentes não habitual, e pergunto porque é que não havemos de ter um residente não habitual para esses territórios? Um reformado de Lisboa se quiser vir para cá tem diferenciação no seu IRS? Nós só podemos atrair por aqui. Aliás nós só podemos atrair por duas formas, ou com qualidade que oferecemos na saúde e no envelhecimento ativo, mas também no bolso das pessoas, ou seja, se as pessoas sentirem que vão ter

mais rendimento naqueles territórios. Neste sentido é possível encontrar soluções para povoar estes territórios, mas não me digam e nós aceitamos que estamos condenados à desertificação e ao desaparecimento, pois há soluções, propostas e iniciativas, agora tem que nos dizer se as querem discutir e implementar, ou então digam-nos de vez que isto é para fechar, vale mais serem sinceros e dizerem que nós não nos preocupamos com isso, mas há soluções, há, mas nós não as queremos, só que nós temos a obrigação dos confrontar com soluções possíveis, praticas e exequíveis para que estes territórios mudem de figura. Este foi o meu contributo para o 25 de Abril deste ano. Agradeço a vossa atenção. Mais intervenções nesta sequência? Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Faça o favor de intervir."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito boa tarde a todos. Antes de mais queria saudar aqui o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, o Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista pela magnífica receção que tivemos aqui hoje na Quintã de Pero Martins. Creio que é um gosto estar aqui hoje e naturalmente que fomos para já muito bem recebidos e continuaremos a ser, e portanto é com satisfação que cá estamos. Felicitar também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal em particular, pelo facto de estar a realizar estas sessões da assembleia municipal, descentralizá-las, porque também é uma forma de dar alguma vida às aldeias, e possibilitar aqueles idosos e não idosos que eventualmente não consigam deslocar-se destas freguesias, dar-lhes também a possibilidade de expressarem algumas das suas angustias e ideias, de uma forma muito mais cómoda e célere, e logo vindo ao seu encontro creio que satisfaremos os seus anseios e necessidades. Certamente que também aqui vou solicitar ao Senhor Fernando Martins, que nos fez um apelo para a resolução de um problema que já vem de há dez anos ou mais, que passasse na Câmara Municipal o mais breve possível para que possamos analisar com algum cuidado e particularidade esse caso em concreto, para ver qual a melhor solução e seguimento a dar à sua pretensão. Agradecer também isto. Já agora e no âmbito do 25 de Abril só queria realçar duas notas em particular, primeira felicitar aqui o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal que teve estas iniciativas, das quais o próprio Município também participou ativamente em todas elas, e segunda dizer que foi feliz esta conjugação de esforços de incluir as comemorações do 25 de Abril de 1974 com a Semana Cultural do Livro e da Leitura, porque de facto faz todo o sentido esta articulação e tem todo o interesse que seja concretizado. Dizer aqui só também de que para os mais pequenos e o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva, esqueceu-se de refenciar aqui e penso que seja importante salientar, que tivemos uma pequena história para que eles percebessem de uma forma simples, e a história fui eu que a li mas não é minha é de um autor do concelho do Sabugal, o Senhor Manuel António Pina que se chama «O Tesouro», e que de uma forma sintética e simples mas de facto muito original, consegue transmitir às gerações mais novas que por vezes não percebem porque é que é feriado no dia 25 de Abril, e portanto transmitir-lhes a eles este tesouro que se conquistou com o 25 de Abril de 1974 que é de facto a liberdade, e penso que de uma forma lúdica foi conseguido transmitir alguns valores e algumas destas ideias da liberdade a estes jovens, e foi para mim em particular uma grande satisfação e orgulho, transmitir-lhes aquilo que são os valores da liberdade, o que é que foi 25 de

Abril de 1974 e a importancia que isto deve ter nas suas vidas, e que esta liberdade deve ser cultivada diariamente, e penso que se conseguiu transmitir esta ideia. Muito obrigado. Acho que as coisas decorrem da melhor forma e terminaremos amanhã com a sessão de encerramento, e ficam desde já todos convidados para participar nesta sessão que irá decorrer às dezasseis horas no Pavilhão dos Desportos, em que será apresentado o livro do Doutor César Gomes «Raia Molhada», para efetivamente vos transmitir, aliás o Doutor César Gomes é de Escalhão, ou seja, um conterrâneo nosso, um pouco as suas vivências num período de contrabando e o que é que este representava na nossa região. Portanto acho que devem participar, estão todos convidados e muito obrigado pela vossa participação. Gostávamos efetivamente que houvesse uma participação mais intensiva por parte dos Senhores Vereadores e Deputados Municipais nestas iniciativas, porque é sempre um gosto vê-los lá. Obrigado."----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Dizer também que as sessões culturais, no fundo de animação que houve, que foi a atuação do grupo musical «Sete Saias» e do «3 Loucos e 1 são, que não veio», bem como o concerto «Canções de abril» com a participação do Nando Costa, Tó Martins e Manuel Ferreira, fiquei surpreendido porque de facto o Auditório do Pavilhão dos Desportos estava cheio, foi talvez daquilo que eu me lembro de maior participação popular nestas iniciativas, foi muito agradável, houve grande participação popular, tanto que eu já digo a brincar que o nosso Auditório Municipal é uma espécie de Coliseu de Figueira, isto porque as pessoas estão a aderir, não sei se é pelas bandas, se é pela iniciativa ou se é pelo espírito, a verdade é que aderiram e confortou-nos que houvesse essa adesão."-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Eu vou passar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva, para falar da correspondência recebida e outras informações."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Na correspondência, a mais significativa é um convite dirigido a todos os autarcas do concelho para a participação. É um convite da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), que vai realizar o II Encontro Distrital de Autarcas, que vai ser no dia catorze de maio, a partir das nove horas e trinta minutos na cidade de Seia, nas instalações do CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela. Está aberto à participação e inscrição de funcionários autárquicos, pois tem um pouco a ver com formação na área das dinâmicas autárquicas e tudo isso, e outros autarcas eleitos em Assembleias e Câmaras Municipais. Constam de entre outros no programa, os temas, regras e funcionamento de órgãos autárquicos, o programa e-Freguesias e o debate e esclarecimento a propósito das novas regras contabilísticas e dos enquadramentos legais a que estão sujeitas as freguesias. Está aqui o contacto e penso que tem todos na pasta esta informação, e quem estiver interessado pode fazer o favor de se inscrever para esses contactos ou para esse e-mail, sendo que o convite é dirigido pelo representante da ANAFRE no Distrito, o Dr. João Prata. Portanto ficamos todos convidados, mas era importante em particular os autarcas de freguesia, ou nós enquanto eleitos tendo disponibilidade, pois penso que a Câmara Municipal se os autarcas se organizarem facultará o transporte, e nesse sentido será uma questão dos que se

inscreverem participarem à Câmara Municipal para que possam gerir o transporte. Foi dirigido também uma comunicação de um combatente pelo Colmeal, meu primo conicidentemente, o Doutor Aires da Cruz Coelho, que enviou um documento com perto de cem páginas a falar na questão do Colmeal, todos nós já o ouvimos a fazer preleções na Assembleia Municipal, a dirigir uma série de comunicações, penso que já terá publicado um livro ou dois, e convenhamos que aquilo é muito maçudo de ler. Contudo se alguém estiver interessado em ler o documento, este estará disponível e para consulta no Gabinete da Assembleia Municipal, uma vez que é aí se encontra arquivado."-----

-----**3.1.1. Apreciação da Ata da Sessão de 26 de fevereiro de 2016.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Esta ata vai ser distribuída e já não dá tempo para apreciarmos, apesar de ter sido aprovada em minuta, mas fica para votarmos a sua aprovação na próxima sessão, porque já não vamos ter tempo de a ler. Na próxima sessão votaremos esta ata depois de a lermos, como é óbvio."-----

-----**3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito obrigado. Vamos então dar-lhes conta aqui desta informação da atividade municipal. Cumpre-me informar a V.Exas no que respeita à atividade municipal, no período que medeia entre o dia vinte e seis de fevereiro que foi a data de realização da última sessão da assembleia municipal e o dia vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, que é hoje, período que coincide efetivamente com a última sessão deste órgão deliberativo e apresentação. Desde logo queria salientar que as Festas da Amendoeira em Flor decorreram desde o dia vinte de fevereiro até ao dia treze de março, e de facto uma parte dessas atividades já tinha sido dado nota, pelo menos da abertura na última sessão da Assembleia Municipal, pelo que apenas dizer que houve uma série de atividades inseridas no âmbito dessas Festas que no nosso entender foram bem sucedidas, desde a montaria, a um estágio nacional de karaté, à receção no nosso município da atleta Rita Dias Morgado, a quem desde já felicito pela sua medalha de bronze, uma vez que participou no Campeonato Europeu de Karaté, no Chipre, onde ganhou efetivamente uma medalha de bronze na modalidade de Kata Sub-21 Feminino, desde já dar-lhe os parabéns por isso, e como sendo uma filha da terra por ter honrado tão bem o nosso concelho. Já agora aproveito também para dar os parabéns ao nosso Deputado Municipal, Dr. Luís Pereira, que foi Vice-Campeão da Meia Maratona que decorreu no Funchal."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Desculpe Senhor Presidente, mas penso que o Dr. Luís Pereira merece uma salva de palmas, a qual vamos aplaudir de imediato."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Portanto felicitar também estes atletas, que naturalmente também vão elevando e dignificando o nome do nosso concelho. No dia vinte e oito participámos num almoço convívio organizado pela Associação de Caçadores de Vilar de

Amargo, e agora algumas particularidades relativamente ao dia vinte e nove de fevereiro, em que se iniciou a SISAB - Salão Internacional de Serviços de Alimentação e Bebidas, em Lisboa, onde o Município de Figueira de Castelo Rodrigo efetivamente teve um stand, o qual foi adquirido pela autarquia e disponibilizado a oito produtores do concelho, dando-lhes a oportunidade de exporem os seus produtos regionais, ou seja, aquilo que de melhor se faz aqui no nosso concelho, e tiveram ainda a oportunidade de contactar com os mercados externos, isto é, pessoas interessadas em comercializar noutros países esses produtos. Posso afirmar e aqui com algum orgulho que o stand de Figueira de Castelo Rodrigo foi muito apreciado, tendo inclusivamente recebido a visita do Senhor Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa. Também entre o dia dois e o dia seis de março decorreu a BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, onde igualmente estivemos presentes e também aqui com o novo stand, em que depois não esteve exposto na sua totalidade, mas que estará completo na FIT - Feira Internacional de Turismo, e portanto que muito dignifica e eleva a imagem e aquilo que é o potencial do nosso município, e penso que todos ficaram surpreendidos só com aquela pequena amostra que tivemos lá, e que toda a gente ficou agradavelmente surpreendido com este novo stand, pois creio que é importante dar alguma visibilidade, mostrar que de facto temos cuidado com a imagem, a divulgação não só do nosso património cultural, turístico mas também gastronómico, entre outros. Com esse stand vamos ter a oportunidade de ter uma diversidade de mini-stands se assim se pode dizer, em que temos ali um pouco de tudo exposto e que demonstra bem a diversidade, quer em termos patrimoniais, culturais, gastronómico e de outro potencial que temos e que serve para evidenciar as potencialidades do nosso concelho. Saliento aqui também a plantação de seiscentas amendoeiras na Serra da Marofa, contribuindo não só para o embelezamento paisagístico mas também para a preservação da biodiversidade, e também até como um elemento de sensibilização para a importância, pois se queremos efetivamente e no futuro ser reconhecida também como uma região de natureza e de ambiente, em que preservamos e pautamos a nossa conduta pela preservação deste também temos que dar aqui o exemplo, e penso que se queremos ser a capital da Amendoeira em Flor também obviamente temos que dar o exemplo, e portanto creio que este ano já demos um primeiro passo com a plantação de seiscentas amendoeiras, e no próximo ano iremos igualmente plantar a mesma quantidade ou mais. Houve uma reunião do Conselho Distrital da Proteção Civil em dois de março, no Sabugal para a eleição dos órgãos diretivos, onde também Figueira de Castelo Rodrigo passou a integrar este órgão. Participámos ainda em diversas atividades, tais como a 3ª Concentração de Motards, entre o dia quatro e seis de março, aproveitando aqui naturalmente a oportunidade para felicitar o Moto-Club de Castelo Rodrigo, pelo belíssimo evento que proporcionou e pelo empenho que teve em atrair muitos visitantes e muitos aficionados das motos para visitarem o nosso concelho. Decorreu também no dia seis de março a Festa do Almedro em Barca de Alva, que como já vem sendo hábito recebeu centenas de espanhóis, tendo proporcionado ali grande azáfama e movimento. Aqui também dizer que fomos recebidos no Cais de Veja Terrón e nas cerimónias de La Fregeneda pelas autoridades espanholas, em que compareceu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, eu próprio e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, estivemos nestas cerimónias que eles fazem. No dia sete de março tivemos uma reunião no Comando Territorial da GNR na Guarda, para fazer um balanço da situação em termos de segurança no concelho. Também já

tivemos uma reunião com a Diretora Regional das Ex-Estradas de Portugal, hoje designada como as Infraestruturas de Portugal, para ver algumas das deficiências que vamos tendo na região no que respeita à parte de estradas. Participámos nas cerimónias no dia nove de março, da tomada de posse do Senhor Presidente da República. Houve também uma reunião com os Técnicos da Direção Regional da Cultura, para tratar de assuntos relacionados com a consolidação da Torre de Almofala e do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo. No dia dezassete de março uma reunião com uma das responsáveis da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, a Dra. Raquel Maia, que esteve de visita ao concelho e aproveitou para visitar o Cais de Barca de Alva, do qual lhe demos conta de algumas necessidades e alterações que teremos que ali implementar. Também no dia dezassete de março houve as Comemorações do Dia Internacional da Proteção Civil no Agrupamento de Escolas, da qual também estivemos a participar. No dia dezoite de março tivemos a sessão pública de assinatura do Protocolo com a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, com a presença do Secretário de Estado-Adjunto do Ambiente e pelo Presidente da CCDR-Norte (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). No dia vinte e um de março também houve a reunião com a «AsNet» sobre a reserva da biosfera transfronteiriça da meseta ibérica, e portanto aqui também outra ação importante no domínio do ambiente. Do dia 24 ao dia 26 de março participámos ativamente na Feira Multisectorial e Transfronteiriça de Vitigodino, ou seja, isto para salientar que esta cooperação transfronteiriça existe e estamos a tentar estreitar estes laços de cooperação, porque para nós e para o desenvolvimento do nosso concelho é muito importante. Já agora aproveito para salientar, que inclusivamente amanhã também fomos convidados para participar na Festa do Queijo em Hinosa del Duero, e que naturalmente também estaremos lá a participar com um stand e com provas de produtos regionais como queijo e vinhos, também estaremos presentes. No dia trinta e um de março houve uma reunião da Assembleia-Geral da Resiestrela no Fundão, onde também participámos. No dia sete de abril houve uma reunião com a Dra. Ana Abrunhosa, a Presidente da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), em Coimbra, isto com membros da administração da Douro Azul, no âmbito de alguns projetos de investimento que estamos efetivamente a planear. Também participámos no oitavo grande capítulo da Confraria Gastronómica dos Aromas e Sabores Raianos, evento aqui organizado com o apoio do Município e coorganização da Marofa Confraria da Caça, isto no dia nove de abril, o qual contou com a presença de mais de duzentos confrades oriundos de todo o país e de outras confrarias inclusivamente, e que se revelou de grande interesse no que concerne não só à divulgação do nosso património mas naturalmente da nossa gastronomia, tendo sido entronizados confrades os nossos conterrâneos António Norberto Rodrigues e Ilídio Marcos. Nessa mesma noite, também se realizou no real Convento de Santa Maria de Aguiar o Concerto do Coro Misto da Beira Interior. No dia doze de abril houve uma reunião com a Dra. Dalila Araújo, representante da PT-Comunicações, para tratarmos de alguns problemas no âmbito da comunicação, ou seja, alguns projetos no domínio das comunicações e de melhoria das telecomunicações, e portanto no dia treze de abril também se realizou uma reunião em Lisboa com as Águas de Portugal, por causa da questão das dívidas do Município em relação a esta entidade. No dia dezasseis de abril destacar aqui o tal Fórum, que aliás já foi aqui dito e acho que não vale a pena estar

aqui debruçar muito, com o tema «Desenvolver a Periferia/Que Políticas de Povoamento?», aqui para além da presença do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal no quadro de oradores, também a comparência importante da Dra. Helena Freitas, da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, do Dr. Nuno Moita, Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, do Presidente da Câmara Municipal de Sousel, em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, do ex-Ministro da Saúde, o Dr. Correia de Campos e também do ilustre e mediático advogado, o Dr. João Nabais e do Dr. Jorge Menezes, ex-representante de Portugal junto da União Europeia. Também no dia dezanove de abril, houve uma reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, para se preparar a próxima campanha de incêndios florestais, essencialmente uma campanha de sensibilização e de prevenção de fogos florestais. Também no dia vinte e dois de abril houve uma reunião em Fornos de Algodres, para a apresentação do Plano Operacional Distrital da Proteção Civil. No dia vinte e três de abril tivemos aqui a presença do Vice- Presidente da Assembleia da República, o Dr. Jorge Lacão, isto no âmbito das Comemorações do 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. Falámos também já nas Comemorações do 25 de Abril de 1974 e portanto não me vou alongar mais, pois penso que decorreram com toda a elevação e dignidade. Também ainda ontem em Unhais da Serra, isto no decorrer de uma reunião com a Associação de Municípios Cova da Beira foi apresentado o Primeiro Grande Prémio Internacional de Ciclismo Beiras e Serra da Estrela, ou seja, durante três dias, entre os dias treze e quinze de maio e estou a divulgá-lo quase em primeira mão, vai decorrer este grande prémio, uma prova internacional de ciclismo que conta com várias equipas conceituadas nacionais mas também internacionais, e que vão passar por estes concelhos. A finalidade e o objetivo desta prova é essencialmente a divulgação e a promoção do nosso território, Beiras e Serra da Estrela, e que naturalmente conta com o patrocínio do Turismo de Portugal e também da TVI, que andarà a acompanhar, e penso que teremos aqui uma oportunidade, aliás a volta vai passar no dia treze de maio aqui em Figueira de Castelo Rodrigo, e fica já o repto e o convite para participarem e apoiarem a iniciativa, em que o objetivo principal é a promoção do território e de uma região que é a Beiras e Serra da Estrela. Dar-lhes conta aqui também de algumas empreitadas que estão a decorrer, portanto, a resolução do problema das águas pluviais na transversal na Rua D. Manuel, uma empreitada no valor de 15.700,00 euros (quinze mil e setecentos euros), valor sem IVA, da remodelação e adaptação do edifício que era a creche nova, isto para quem não conhecia, isto no valor de 44.643,05 euros (quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e três euros e cinco cêntimos), e a requalificação de cruzamentos, melhoramentos da sinalização rodoviária do concelho, no valor de 149.694,37 euros (cento e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e quatro euros e trinta e sete cêntimos). Este cruzamento aqui quando vínhamos a virar para a Penha de Águia será requalificado, bem como o cruzamento de Almofala e também em Figueira de Castelo Rodrigo junto ali ao café do Sardinha, também ali algumas requalificações terão que ser feitas. Procedemos também e está a decorrer os procedimentos para a aquisição de um mini-bus, pois como sabem o nosso autocarro neste momento já não oferece não só condições de segurança, mas também creio eu e se não me falha a memória, a partir do final do mês de maio ele estará impossibilitado de transportar crianças, e portanto estamos a adquirir, está em fase conclusão o procedimento para a aquisição de um novo mini-bus pelo valor de 62.500,00 euros (sessenta

e dois mil e quinhentos euros), mais IVA. Depois também está fase em de finalização procedimental, uma outra aquisição que é o tal stand modular, que foi adjudicado pelo montante de 20.980,00 euros (vinte mil novecentos e oitenta euros). No que respeita à situação financeira do Município propriamente dita, dizer-lhes aqui que temos em termos de disponibilidades 1.200.995,52 euros (um milhão duzentos mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos). Quanto ao endividamento de médio e longo prazo ele mantém-se estável e portanto sem grandes variações, pois temos aqui um capital de empréstimos de longo prazo, ou seja, temos um capital em dívida de 2.651.118,84 (dois milhões seiscentos e cinquenta e um mil cento e oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), e portanto também aqui temos vindo a reduzir a nossa dívida. Relativamente às dívidas de curto prazo mantém-se naturalmente e isto já vem de anos e mandatos anteriores, que é as dívidas às Águas de Lisboa e Vale do Tejo agora designada, mas anteriormente eram as Águas do Zêzere e Coa, isto no valor de 252.685,35 euros (duzentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), e portanto há aqui um valor de 891.063,36 euros (oitocentos e noventa e um mil e sessenta e três euros e trinta e seis cêntimos) que estão em planos de pagamentos, isto para se ir pagando ao longo de uma série de anos, o qual vai até dois mil e dezoito ou dois mil e dezanove, salvo erro. Dizer-vos também que há uma dívida por registar às Águas de Lisboa e Vale do Tejo agora assim designadas, no montante de 936.252,74 euros (novecentos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta e dois e setenta e quatro cêntimos), com referência a trinta e um de dezembro de dois mil e catorze. Dizer que estes valores estão todos acautelados em sede de previsão, e portanto está tudo salvaguardado caso seja necessário proceder à sua liquidação. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Deixe que lhe peça um favor para a próxima sessão, é que o Senhor Presidente documentou-nos com a situação financeira do Município, mas não nos documentou com a atividade que só a leu agora, é que para apreciarmos convém termos os documentos, e portanto essa atividade municipal quando a houver, a ver se também vinha documentada, ou seja, a ver se também vinha aqui a informação para a gente poder apreciar, quer dizer ler primeiro, apreciar e eventualmente dizermos qualquer coisa sobre isso. No fundo é só documentá-la. Alguém quer apreciar aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, seja a atividade seja a situação financeira do Município? Faça o favor de intervir, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Boa tarde a todos. Tenho muito prazer em estar aqui na Quintã de Pero Martins como noutras aldeias deste concelho, porque eu sempre fui apologista que realmente as assembleias andassem pelo concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Aqui para os mais distraídos provavelmente dizem assim, mas afinal como é que a Câmara Municipal consegue fazer tanto? Depois de ouvir o Senhor Presidente aqui a explanar a atividade do Município, temos que chegar à conclusão que a autarquia tem tentado que as coisas se invertam, apesar de toda a gente saber que não é fácil, o povoamento, a desertificação, tudo isso, mas voltamos sempre ao mesmo tema, pois eu acho que as aldeias têm que continuar a ser aldeias e as vilas tem que continuar a ser vilas, e depois as cidades sejam cidades, e eu sinto-me muito bem nestas aldeias e nestas vilas como eu costumo dizer. Em relação à dívida, eu só queria porque às vezes no deve e no haver é que surgem as dúvidas, e eu queria

fazer a pergunta ao Senhor Presidente que é para sairmos daqui elucidados, e é para sabermos se realmente a Câmara Municipal está reduzir ou não a dívida, tanto a nível da dívida camarária como a nível da dívida às Águas do Zêzere e Coa, que agora são as Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Já se sabe que é uma dívida muito antiga, pois o Município não reconhecia a dívida e andaram em tribunal, mas o que se sabe é que a dívida tem que se pagar, e para a gente ficar mesmo esclarecida, é sabermos se realmente tanto a nível da câmara como a nível da água, se a dívida tem diminuído ao longo deste mandato?"-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Dizer-lhes que e dar-lhes nota aqui a todos, de que no que respeita às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, nós desde dois mil e quinze que estamos a pagar todas as faturas, ou seja, a partir de janeiro de dois mil e quinze o Município tem vindo a pagar e a cumprir escrupulosamente os pagamentos a esta empresa, e portanto quanto a isso não há dúvida nenhuma. Depois temos uma dívida de 891.063,36 euros (oitocentos e noventa e um mil e sessenta e três euros e trinta e seis cêntimos) que está em plano de pagamentos, o que quer dizer que houve aqui acordos com as Águas do Zêzere e Coa anteriormente, que agora passou a designar-se Águas de Lisboa e Vale do Tejo, acordos de pagamento para se pagar todos os meses uma determinada quantia, isto ao longo de vários anos para que possamos cumprir este plano de pagamentos. Como sabem também existe uma parte da dívida que se encontra em contencioso, uma vez que está decorrer um processo judicial contra as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque efetivamente se entende que há valores que não se justificam e que são da responsabilidade dessa entidade, e que não sabemos ainda qual vai ser o desfecho dessa ação. Porém o Município esteve recentemente em Lisboa, nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, precisamente para tentar ver da melhor forma, no sentido de se regularizar essas dívidas a essa entidade. Porquê? Porque entemos que para além de ser penalizadora para as contas do Município, entedemos que está na altura de se começar a liquidar estas dívidas porque provavelmente a ação pode não resultar em favor dos Municípios, e portanto há que acautelar essa situação. Portanto essa dívida tem vindo a ser reduzida, está a ser paga, está também provisionada nas nossas contas o que falta registar de dívida, e nesse sentido estamos acautelados quanto a essa situação. Quanto à dívida global do Município, a nossa dívida a fornecedores é muito reduzida, é praticamente incipiente, tanto que até tenho aqui os valores que são na ordem de 252.685,35 euros (duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), mas efetivamente temos que continuar a fazer esta contenção, pois a nossa dívida reduziu substancialmente já face ao ano anterior, e é nessa senda que nós temos que continuar a pautar a condução e a gestão do Município, e portanto no que depender de nós estamos a fazer esta gestão cautelosa e rigorosa, no que respeita ao cumprimento em termos de pagamentos a fornecedores, ou seja, temos tentado reduzir os prazos de pagamentos a fornecedores, bem como minimizar aquisições que sejam supérfluas."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais alguma intervenção? Faça o favor de intervir, Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente, a minha questão vai no sentido da intervenção anterior, que está diretamente ligada à situação da dívida por registar às Águas do Zêzere e Coa, que vem sendo assim desde trinta e um de dezembro de dois mil e catorze. Esta dívida era de 1.700.000,00 euros (um milhão e setecentos mil euros), passou para cerca de 900.000,00 euros (novecentos mil euros), e eu gostaria de saber porque esta questão nunca foi esclarecida, é se este valor é o que está em contencioso ou é dívida por registar, isto porque são situações diferentes, e penso que mereçam esclarecimento. Para além disto, queria apenas congratular o Senhor Presidente, pois eu já tinha visto a imagem corporativa e o próprio stand do Município, e fiquei muito agradado pela imagem do stand, porque acho que é muito apelativo e quem venha a ter contacto com ele consegue-se transportar facilmente para a nossa aldeia histórica de Castelo Rodrigo, uma vez que foi a inspiração para a sua construção. Queria-lhe dar os parabéns porque realmente era algo que faltava ao Município, e tenho a certeza que vai ser um valor acrescido, e os 20.000,00 euros (vinte mil euros) que custou vão ser recuperados certamente, nas visitas e no aumento das pessoas que vão vir a Figueira de Castelo Rodrigo por causa desse mesmo stand. Aguardo pelos esclarecimentos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "O tal valor que referencié efetivamente dívida por registar. Saliente-se aqui que os próprios Revisores Oficiais de Contas entendem que este valor deve ser provisionado em termos de gestão orçamental, ou seja, no caso de ser necessário pagar o Município estará em condições de efetuar não só o registo deste valor, e depois o respetivo pagamento."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Mais intervenções? Não havendo, vamos avançar."-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 275/2015 - PCM/MANDATO 2013-2017, Projeto de Regulamento de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Espero que tenham lido o regulamento. Vou passar a palavra ao Senhor Presidente para explicar o regulamento."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Este regulamento decorre de uma exigência de uma candidatura que foi feita, já anteriormente, e ao abrigo da qual o Pavilhão foi construído e que previa realmente que o Município pudesse receber uma determinada dotação. Porém há uma dotação final, que estava cativa e que a autarquia não poderia receber caso não tivesse este regulamento aprovado, porque era uma condição obrigatória para que pudéssemos receber sensivelmente 50.000,00 euros (cinquenta mil euros), da tal candidatura que estava em aberto. Como sabem, o regulamento para além de visar a regulamentação destes equipamentos desportivos que também é importante, de forma a agilizar e otimizar a sua utilização, para todos aqueles que a procuram no âmbito da prática desportiva, também tinha um objetivo muito específico que era, e aliás está espelhado aí no próprio objeto do regulamento, que é estabelecer as normas de funcionamento dos respetivos equipamentos. Como não se registou nenhuma intervenção ou sugestão em sede de consulta

pública por parte dos munícipes, vimos então submeter este regulamento para apreciação e consequente aprovação por parte da Assembleia Municipal."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Alguma intervenção? Faça o favor de intervir, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Portanto estamos a falar do Pavilhão Multi-Usos, não é assim Senhor Presidente? Eu estive a analisar este regulamento, pois quando este Pavilhão Multi-Usos foi votado na Assembleia Municipal, todos nós votámos favoravelmente aquele edifício, não por acaso o Multi-Usos que depois foi feito, porque este não permitia que algumas atividades se realizassem lá, que era assim pelo menos que me diziam, mas eu vi que aqui estão contempladas algumas delas. Portanto eu não vejo nada contra e naturalmente irei votar favoravelmente."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem um pouco a ver também com a questão do Pavilhão dos Desportos, e voltava uma vez que já foi referenciado, que a Câmara Municipal tivesse em linha de conta que o edifício sofre de infiltrações de água, pois chove no auditório, chove no piso de jogo, tem fissuras na platibanda e nas paredes. Era importante que uma vez que o prazo, que penso eu que será de cinco anos de reserva em termos do edificado, se a Câmara Municipal já agiu e se as intervenções a que já foi sujeito supriram essas deficiências ou não, mas penso que seria conveniente continuar a insistir com o empreiteiro para que suprissem essas deficiências, caso contrário e se ultrapassar o prazo de validade das cauções, ver-se-à o Município com um grave problema entre mãos."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Só dizer que efetivamente já chamámos a empresa que construiu o Pavilhão para vir refazer a reparação do telhado, porque quando chove há infiltrações no edifício. A empresa já veio duas ou três vezes e não quero aqui estar a ser impreciso, mas pelo menos duas vezes já cá esteve, e debelamos o problema de um lado e ele surge noutra lado, e ainda este fim-de-semana demos conta, que aliás até foi o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva, que nos deu conta do problema das fissuras onde chove muito, e naturalmente que vamos dar-lhe nota por escrito à empresa que construiu o Pavilhão, dando-lhe conta desta necessidade de rápida intervenção, porque realmente é de lamentar que um edifício tão recente já padeça destas maleitas, e que efetivamente temos que debelar antes que seja ultrapassado o prazo de cinco anos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Muito rapidamente. Estive a analisar este regulamento com algum cuidado e vai no sentido de uma das obrigações dos Municípios que é regulamentar o uso dos seus bens e equipamentos, mas no artigo 42.º relativo à Isenção, eu penso que seria de interesse alargar o espectro de Isenção não só a Escolas, IPSS e a Associações Desportivas do concelho, mas também a Atletas Federados Locais, em que poderá haver situações em que não haja clubes, pois Figueira de Castelo Rodrigo infelizmente não tem clubes para além do futebol, aliás tem o Karaté, mas tem atletas federados noutras áreas que poderão fazer uso dos equipamentos desportivos, e faz sentido, isentar esses atletas do pagamento da utilização desses espaços, e portanto no artigo um

aonde diz «A utilização de instalações desportivas a escolas, IPSS e associações desportivas do concelho», seria prudente adicionar «a atletas federados a título individual sem clube». Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Isso é uma proposta de alteração ao artigo, não é? Muito bem. Também há aqui uma dúvida que me levanta aqui este regulamento, pois o Pavilhão tem duas valências, uma valência desportiva e uma valência de auditório. Por exemplo, pergunto? Posso fazer iniciativas politico-partidárias aqui ou não? Está contemplado ou não está? Eu penso que o auditório deveria ter aqui uma componente para Utilização, porque está previsto espetáculos no artigo 6.º em que diz «O Município reserva-se o direito de, eventualmente promover atividades de carácter cultural nas instalações desportivas identificadas no artigo 5.º, tais como espetáculos artísticos, saraus, concertos, feiras, entre outros», e depois era por um ponto dois para o auditório, em que reserva-se o fim a atividades de interesse público, ou seja, a sua utilização para atividades de interesse público como é evidente, em que podíamos colocar aqui o auditório como componente em que é possível, pois não vamos agora impedir qualquer iniciativa politico-partidária ser efetuada lá, como é óbvio, assim como iniciativas que fizemos agora como Fóruns, entre outros. Portanto, acho que o auditório como componente não está autonomizado e devia estar, e por isso devíamos colocar uma componente de auditório para fins públicos de interesse geral. Deixo essa proposta."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Desculpe estar a perguntar, mas o auditório faz parte do edifício, não faz?"-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mas é isso que eu estou a dizer, só que tem que ter uma utilidade diversificada, pois você não vai fazer desporto no auditório. Por isso, é que na minha opinião devíamos autonomizar e colocar aqui um ponto dois no artigo 6.º, em que um ficava para os espaços desportivos para estes fins, e no ponto dois o auditório para fins de interesse público geral. É uma proposta que eu também lanço. Então vamos lá organizar-nos. No geral estamos todos de acordo que o regulamento está bem, e temos duas propostas, a do artigo quadragéssimo segundo para acrescentar «Atletas Federados a título individual»."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Se me permitem, eu penso que agora não se pode acrescentar nada nesta fase, porque já decorreu o período de consulta pública."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Então não podemos? Como assim? Então qual é o papel da Assembleia Municipal? E se nós votássemos contra? O que é que acontecia?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Votar contra podem votar. Neste caso aqui ou aprovam ou reprovam. Depois podemos é numa segunda fase fazer um aditamento com o respetivo acrescento destes dois pontos, pelo menos esta é a minha leitura."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não pode ser, senão assim o poder da Assembleia Municipal sai diminuído, pois este órgão tem competência para aprovar e alterar como é óbvio, pois não é uma matéria em que a Assembleia tem que manter a proposta que vem da Câmara Municipal, isso é o que acontece com o Orçamento e nas linhas do Orçamento no resto não. Agora podemos agrupar as propostas que forem aprovadas e são anexadas, e não estou a ver

qual é o problema. O que é que impede? Senão não vinha cá, se era para não dizermos nada, não valia a pena. Essa é a função da Assembleia Municipal, é essa, não vejo outra. Não sei qual é o obstáculo para haver alterações."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Não é obstáculo. Aquilo que me foi explicado juridicamente, e eu não sou jurista, é que houve um período de consulta pública de trinta dias, e nesse período podem fazer todas as sugestões e nós acolhemos, alteramos e fazemos. Após esse período vem aqui para votação, ou seja, para aprovar ou não aprovar, e depois então poderemos numa fase seguinte fazer as respetivas alterações."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "A consulta pública porque a iniciativa é da Câmara Municipal, e esta é que faz a consulta pública, e muito bem, apresenta sugestões, e é no fim dessas sugestões é que a proposta é fechada e que vem à Assembleia Municipal, com poderes para chumbar, votar, alterar, é assim, pois veja, mal seria se a Assembleia da República ter poderes agora limitados no que concerne a esta matéria, não pode ser. Portanto, a iniciativa é da Câmara Municipal, pois esta tem a obrigação de pôr isto a debate público, depois do debate público aceita ou não aceita as sugestões, e a seguir fecha a sua proposta para trazer à Assembleia Municipal, e depois esta é autónoma para aprovar, desaprovar, chumbar, alterar, pois papel do poder legislativo é esse, uma vez que qualquer proposta que surja na Assembleia da República tem essa função, ou aprovam ou não aprovam ou alteram, é assim, é este o papel da Assembleia. Vamos então votar esta alteração do artigo quadragéssimo segundo acrescentar «Atletas Federados a título individual», passando a ter a seguinte redação final: «-----

-----**Artigo 42.º**-----

-----**(Isenção)**-----

-----**1.** Estão isentas do pagamento de tarifas relativas à utilização das instalações desportivas as escolas, as I.P.S.S., as associações desportivas do concelho e os atletas federados a título individual.»-----
Colocada à votação a alteração ao artigo quadragéssimo segundo foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----Quanto à minha proposta no artigo sexto punhamos um ponto dois em que «O Município reserva-se o direito de ceder o Pavilhão Multiusos (Pavilhão dos Desportos) para fins de interesse público.» Vamos então votar este acrescento ao artigo sexto, o qual passa a ter a seguinte redação final: «-----

-----**Artigo 6.º**-----

-----**Utilizações eventuais para realização de espetáculos**-----

-----**1.** O Município reserva-se o direito de, eventualmente promover atividades de carácter cultural nas instalações desportivas identificadas no artigo 5º, tais como espetáculos artísticos, saraus, concertos, feiras, entre outros.-----

-----**2.** O Município reserva-se o direito de ceder o Pavilhão Multiusos (Pavilhão dos Desportos) para fins de interesse público.»-----

-----Colocada à votação o acrescento ao artigo sexto foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----Vamos então colocar o regulamento à votação geral já com estas alterações. Colocada à votação a proposta, que passa a incluir as alterações propostas e aprovadas, foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 281/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição e Ocupação das Habitações Sociais.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Dada aqui a inexistência de regulamentação municipal relativamente a esta matéria de atribuição e ocupação de habitações sociais, tornou-se imperioso que fosse feito um regulamento ajustado ao enquadramento legal face à sua aplicabilidade aos contratos a celebrar, bem como aos contratos existentes à data da entrada em vigor da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, ao abrigo dos regimes de fim social, nomeadamente de renda apoiada e de renda social. Assim, o sistema de atribuição e gestão de habitações sociais do Município de Figueira de Castelo Rodrigo assenta num regime especial de arrendamento social, tendo por base o arrendamento apoiado aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, e que se encontra orientado pela lógica da habitação social como prestação social pública, implicando que a intervenção do Município se sustente num diagnóstico e acompanhamento social pelos seus serviços com vista à capacitação do agregado familiar, sendo a razão de ser da atribuição da habitação, com carácter temporário e transitório, a garantia de uma solução habitacional para aqueles agregados que se encontrem em situação de grave carência, nomeadamente por não possuírem condições económicas, ou outras, suficientes para prover outra solução habitacional, constituindo, dessa forma, a atribuição e utilização de uma habitação, uma natureza e substrato de prestação social pública. Portanto com base nestes princípios e pressupostos foi então elaborado este regulamento, que visa efetivamente organizar uma estratégia e um modelo de intervenção do Município, na gestão do seu parque habitacional, assentando ainda no paradigma de que a atribuição e acompanhamento da utilização de habitações sociais, pressupõem sempre uma adequação do grau de expectativa e da exigência do agregado familiar, definindo-se como fim último de intervenção a autonomia da família. Neste sentido, era necessário e a lei assim o impõem, que se fizesse um regulamento que defina as regras não só para a atribuição mas para a ocupação das habitações sociais, e foi no âmbito desta exigência legal que vimos então aqui apresentar à Assembleia Municipal, para apreciação e aprovação do respetivo regulamento."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Intervenções sobre este regulamento? Este regulamento tem quarenta e seis artigos não sei se viram. Eu estive no IGAPH durante um ano, o qual geria milhares de fogos, não estamos a falar de dez mil mas de muitos milhares, de Norte a Sul, e tínhamos um regulamento menos exigente que este. Os latinos costumavam dizer que o que for por acréscimo não prejudica, e eu só desejo boa sorte à Comissão de Análise para aplicar este regulamento, pois parece-me demasiado denso, desajustado ao território que temos, bem como à densidade de habitação social, mas enfim, nós já tivemos aqui outros regulamentos com esta densidade desajustado completamente ao nosso território. Penso que este regulamento seria

bom para Lisboa seguramente, mas é o que está, e desejo boa sorte à Comissão de Análise para aplicá-lo."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "O regulamento tem que ter mínimos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "É evidente que temos que ter um regulamento mas não precisa de ser tão denso, pois não podemos ter regulamentos iguais a Lisboa, longe disso, temos que os adaptar ao território, às necessidades, às pessoas que temos, à agilidade que temos que fazer, às respostas rápidas que temos que dar. É o que está. Comentários a este regulamento? Não havendo vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 326/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente para explicar o contrato."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Foi solicitado por escrito por parte da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, um apoio financeiro para a conclusão de uma obra que já estava prometida há uma série de anos, obra essa que se chegou a iniciar mas que nunca a freguesia conseguiu ver concluída, porque a Câmara Municipal acabou por suspender a atribuição da verba para a conclusão da mesma. Efetivamente desta feita, a freguesia veio pedir aqui um apoio financeiro a este executivo, isto não só para a concretização e finalização da obra, e que entendemos por bem conceder-lhe o valor que foi solicitado na ordem dos 35.000,00 euros (trinta e cinco mil euros), e desta feita estamos aqui a submeter à apreciação do órgão deliberativo, para a aprovação da atribuição da verba à respetiva Junta de Freguesia."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Tem a palavra o Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente por aquilo que eu estou a ver, portanto foi uma obra que foi iniciada no tempo do anterior executivo, ou seja, em dois mil e treze, e que não se concluiu porque não deram verbas ao Presidente da Junta para que a obra se concluísse. No fundo é isso, não é?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Sim. Efetivamente é uma empreitada que passa pela «Valorização de um Fontanário nas Eiras de Santo António», obra essa que já tinha sido adjudicada à empresa João Veiga Construções, Lda., e isto vem no ofício que foi remetido pela Junta de Freguesia, que se iniciou em dois mil e treze e portanto que nunca mais teve seguimento, e que entende o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, naturalmente que seja concluída a respetiva obra, e também nós entendemos que era importante para dignificar e valorizar aquele património que ali está, e entendemos que era urgente atribuir-lhes esta verba."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Penso que a bancada do Partido Socialista não tem nada a obstar, e que a Freguesia bem como o seu Presidente de Junta merecem receber esta verba."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais alguma intervenção? Tem a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não sei se o Senhor Carlos Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, estará habilitado para responder, pois a obra foi adjudicada à empresa João Veiga Construções, Lda., e gostava de saber qual é o vínculo contratual que mantém relativamente a essa obra, pois dois anos depois e o empreiteiro esperou ou ainda espera?"-----

----- **Carlos Alberto Cunha Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim:** " O empreiteiro esperou sempre, pois foi iniciado o contrato e adjudicado a obra ao empreiteiro."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "De facto os contratos públicos tratam disso, e portanto a empreitada vai estar em vigor. Vamos colocar à votação esta proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 355/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Declaração de Interesse Público Municipal - Quinta da Serra - Exploração Agrícola.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Esta é uma das propostas que eu também trago aqui com grande satisfação e apreço, porque as "Colinas do Douro", que é uma Sociedade Agrícola que é responsável pela administração da Quinta da Serra, que como sabem é uma exploração agrícola que tem cerca de 448ha, e com grandes quantidades de vinha plantada e que naturalmente está a querer desenvolver aqui um projeto de grande envergadura, concretamente a construção de uma Adega, que vai ter a assinatura do Arquiteto Eduardo Souto Moura, e que certamente vai trazer não só visitantes para vir ver o edificado, mas que vai certamente também proporcionar a criação de muitos postos de trabalho aqui na região. É um investimento avultado, pois tanto quanto sei na ordem dos 5.000.000,00 euros (cinco milhões de euros), sendo um grande investidor que está aqui a fazer um trabalho de relevo em termos de agricultura, e obviamente que merece aqui o acolhimento e todo o apoio incondicional por parte deste executivo. Portanto, foi-me solicitado por parte desta empresa que fosse declarado de Interesse Público Municipal, porque isso lhes iria facilitar em termos de obtenção de apoios no âmbito do Portugal 2020. Nesse sentido, o executivo achou que não poderia de maneira nenhuma refutar a declarar este investimento de Interesse Público Municipal, tanto mais que vai gerar muitos postos de trabalho, e vai certamente contribuir aqui para o crescimento e para a dinamização da economia local, isto numa vertente de aposta na exportação de vinhos, e este executivo tem pautado a sua conduta nesse sentido, pois tudo o que seja promoção de investimento no concelho, temos que apoiar incondicionalmente para que perdurem estes investimentos e até haja mais investimentos, pois seguramente que atrás destes haverá outros investimentos por acréscimo, pelo menos

assim já nos foi dito, e portanto daí trazermos esta proposta à Assembleia Municipal, para apreciação e naturalmente votação e aprovação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado José Mano faça o favor de intervir."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Só para ficar esclarecido, está é a Quinta da Serra de Escalhão, não é Senhor Presidente? Isto porque existem duas Quintas da Serra no concelho. A Quinta da Serra para quem não conhece, aquilo realmente é um investimento muito grande, pois são cerca de cem hectares de vinha e dá muito trabalho ali aquela zona de Escalhão e não só. Na minha opinião temos que apoiar todos os investimentos que vierem para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, são bem-vindos. Eu até estive a ler a proposta com alguma atenção, e não vejo porque é que tem que votar contra, e penso que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** "Esta é outra das alternativas para combater a interioridade e o despovoamento do Interior, que é investir onde há potencial, e efetivamente o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo tem potencial agrícola e agropecuário que é importante sublinhar, e eu estou sistematicamente a sublinhar isto, e portanto corro o risco até de me tornar um pouco repetitivo nesta matéria, mas enfim não há problema, eu vou repetir o mesmo. É evidente que tudo o que é social, nomeadamente a saúde e o envelhecimento ativo é extremamente importante, mas isto também porque são potencialidades que nós temos, e enfim, o meu voto também é no sentido de reconhecer este Interesse Público Municipal desta atividade. Já agora e é só um pormenor que gostaria de saber, uma vez que esta exploração agrícola pertence ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e de Vila Nova de Foz Coa, em qual dos concelhos fica a Adega?"-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " No concelho de Figueira de Castelo Rodrigo."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** "É só um pormenor, mas melhor ainda."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Aquilo só tem uma área mesmo muito pequenina no concelho de Vila Nova de Foz Coa, e é lá ponta na partilha com Almendra."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Faça o favor de intervir, Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Propor para além de ser aprovado o Interesse Público, que fizéssemos um Voto de Reconhecimento para com esta Sociedade, que pretende levar a cabo este avultado investimento, que irá dar certamente muito emprego e uma grande exportação de vinho da nossa região, nomeadamente da zona de Barca de Alva. Nesse sentido, e também porque pelo que estive a ler também, irá ser a primeira grande obra de um grande arquiteto que iremos ter, de Eduardo Souto Moura, privada obviamente, mas será um marco a nível arquitetónico no nosso concelho, e acho que merece o reconhecimento desta Assembleia."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu estou de acordo, mas podia escever qualquer coisa, e depois no fim votávamos isso. Se há atribuições do Município, uma delas é de facto a promoção do desenvolvimento, o artigo vinte e

três, número dois, alínea m) da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e isto é uma forma de promover o desenvolvimento, isto é, se há um agente económico que precisa de um instrumento jurídico para acelerar o seu investimento, para reforçar o seu investimento e para ter acesso a meios financeiros para o seu investimento é evidente que não podemos duvidar que a Assembleia Municipal tem estas competências, promover o desenvolvimento no sentido de dotar esse agente dos instrumentos jurídicos para que a sua economia se dimensione, e concordo com o Senhor Deputado Carlos Almeida, mas permita-me só que o corrija é que estas questões não são em alternativa mas é complementar, ou seja, nós temos de facto o nosso desenvolvimento e o nosso povoamento tem que se dar em volta de eixos, o social, a saúde, e de facto o investimento nestas áreas agrícolas que é o nosso potencial máximo que temos neste concelho, e por isso faz todo o sentido darmos a este operador esta Declaração de Interesse Público Municipal que vamos aqui com certeza aprovar. Vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Eu pedia então ao Senhor Deputado Luís Pereira que fizesse essa declaração que votaremos no fim, em que agradecemos este investimento no nosso território, e que tenha sucesso não só em termos para a empresa, mas sucesso para o território em termos de emprego e de mais-valias."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Eu peço desculpa, mas ia só propor que pudéssemos só alterar a ordem, ou seja, ser feita a votação primeiro da Prestação de Contas e depois a seguir fazíamos a da Segunda Revisão, pois foi mal colocada na ordem de trabalhos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mas ordem de fatores é arbitrária ou não?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Não. Penso que tenha alguma implicação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Então o ponto **3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 364/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação de Contas do ano de 2015 - Individuais e Consolidadas** passa para o ponto **3.7** e o ponto **3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 363/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016** passa para o ponto **3.8**. Eu só queria aqui antes de dar a palavra ao Senhor Presidente para prestar contas, pedir aqui a ajuda do Senhor Deputado Luís Pereira, porque ele já esteve aqui e já fizemos isto várias vezes, porque o que a Lei diz é que nós só apreciamos e não é votado, pois o artigo 76.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, diz «que os documentos das prestações de contas individuais das entidades intermunicipais são apreciados pelos órgãos deliberativos em reunião a realizar no mês de abril», pois nós só apreciamos, uma vez que isto não dá lugar a votação, e vamos apenas apreciar a prestação de contas."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Sim. Não é votado e é só apreciado, pois nós só damos um ligeiro contributo."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vamos então corrigir aí o ponto **3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 364/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação de Contas do ano de 2015 - Individuais e Consolidadas**, que passa a ter a seguinte redação: **«3.7. Apreciação e Discussão da Proposta n.º 364/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação de Contas do ano de 2015 - Individuais e Consolidadas.»**-----

-----**3.7. Apreciação e Discussão da Proposta n.º 364/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação de Contas do ano de 2015 - Individuais e Consolidadas.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Dizer desde já que as contas do Município foram certificadas por um Revisor Oficial de Contas, e que naturalmente foram preparadas com o máximo de rigor e de transparência, como aliás a própria Lei assim o exige, e portanto, temos aqui a certificação de contas que vem de certo modo dar e contribuir para que haja aqui o máximo de segurança na sua aprovação. No respetivo certificado de aprovação, foi identificado algumas recomendações no que respeita a alguns dos procedimentos na Câmara Municipal, e que naturalmente foram lidos com algum rigor e que serão acautelados nas próximas contas, ao longo deste ano, isto em termos orçamentais. Posso desde já dizer que da análise às contas, e concretamente ao relatório de gestão que vocês podem analisar, que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem uma dívida total de 2.210.299,98 euros (dois milhões duzentos e dez mil duzentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos), a qual se reduziu substancialmente face aquilo que era no ano anterior, e também que apresentou resultados positivos no valor de 35.445,87 euros (trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), e portanto creio que seja de salutar que o Município continue a apresentar estes resultados, tanto mais que é um dos principais objetivos continuarmos a ser rigorosos e escrupulosos nestas contas, bem como no cumprimento do equilíbrio financeiro da autarquia. Também dizer que no que respeita aos prazos médios de pagamentos, conseguiu-se aqui reduzir estes prazos médios de pagamentos para noventa e oito dias, ou seja, a tal questão dos pagamentos a fornecedores em conseguimos pagar em noventa e oito dias, pois anteriormente, isto é, em dois mil e catorze, o valor cifrou-se em cento e setenta e três dias, ou seja, aqui uma redução substancial. Quanto ao total do balanço é de 32.672.217,00 euros (trinta e dois milhões seicentos e setenta e dois mil e duzentos e dezassete euros), e o Município tem de fundos próprios 19.339.108,00 euros (dezanove milhões trezentos e trinta e nove mil cento e oito euros). No que respeita à receita que é arrecadada, em dois mil e quinze foi de 8.929.650,70 euros (oito milhões novecentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta euros e setenta cêntimos), que naturalmente está dividido da seguinte forma, em termos de receita corrente 8.157.724,11 euros (oito milhões cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e quatro euros e onze cêntimos), e em termos de receita de capital 772.737,09 euros (setecentos e sessenta e dois mil setecentos e trinta e sete euros e nove cêntimos). No que respeita a despesas, as despesas totais é de 9.880.340,79 euros (nove milhões oitocentos e oitenta mil trezentos e quarenta euros e setenta e nove cêntimos), das quais em termos de despesa corrente temos um valor de 7.992.879,71 euros (sete milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e um cêntimos), e de despesa de capital 1.887.471,08 euros (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um euros e oito cêntimos), isto para termos uma ideia também em termos de relação despesa/receita. A totalidade das despesas correntes é de 7.992.879,71 euros (sete milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e um cêntimos), e em termos de despesa de capital que já referenciei aqui temos o tal 1.887.471,08 euros (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos

e sessenta e um euros e oito cêntimos). Também dizer aqui que o próprio relatório de gestão identifica algumas provisões que foram realizadas por causa da questão da Empresa Municipal "Figueira, Cultura e Tempos Livres", pois existe a tal obrigatoriedade de se fazerem as provisões, uma vez que havia vinte e cinco funcionários que estão internalizados, mas que efetivamente ainda não estão no quadro de pessoal do Município, e portanto tinha que se fazer uma provisão para essa eventualidade, de em último recurso não entrar algum dos funcionários. O próprio relatório de gestão identifica essas provisões, e também está identificado aí o (FAM) Fundo de Apoio Municipal, que é obrigatório por Lei. A conta 41.2 mantém o saldo em débito de 507.999,32 euros (quinhentos e sete mil novecentos e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos). De acordo com o que foi referido no relatório de dois mil e catorze, foi efetuado durante este ano a primeira realização de capital no montante de 72.571,00 euros (setenta e dois mil quinhentos e setenta e um euros), este valor que terá de ser pago até ao longo do ano de dois mil e vinte e um. Na conta de outros devedores e credores, concretamente na conta das transferências correntes temos aí um saldo devedor no valor de 406.455,09 (quatrocentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e nove cêntimos), discriminado na seguinte forma, 320.396,98 euros (trezentos e vinte mil trezentos e noventa e seis euros e noventa e oito cêntimos, relativo à responsabilidade dos anos transatos que o Município assumiu em nome da empresa Municipal "Figueira, Cultura e Tempos Livres", que transitam no saldo da conta por falta de regularização justificada pelo processo de liquidação que ainda está em execução, e 86.85,11 euros (oitenta e seis mil oitenta e cinco euros e onze cêntimos), relativos às despesas correntes que o Município também assumiu em nome da Empresa Municipal "Figueira, Cultura e Tempos Livres". A colocação deste ativo no balanço, foi uma opção contabilística da conta corrente do processo de liquidação que está em curso da Empresa Municipal, e tendo em conta o teor das deliberações tomadas do órgão quer executivo quer deliberativo, ou seja, a ação da parte do Município do ativo e do passivo da respetiva Empresa. O Município também, e referenciar aqui que pagou à empresa das Águas de Lisboa e Vale do Tejo o valor de 665.442,42 (seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos), e mantém uma dívida que não está registada ainda no tal valor de 936.272,74 euros (novecentos e trinta e seis mil duzentos e setenta e dois euros setenta e quatro cêntimos), situação esta que também queremos regularizar com a maior brevidade possível, uma vez que temos que salvaguardar os interesses e o equilíbrio financeiro do Município. Também no que respeita à aplicação dos resultados, dado que o valor do património é superior aquela percentagem, porque a Lei obriga a que o valor contabilístico corresponda a 20% do ativo total líquido, mas que o Município conseguiu cumprir, então a gente vem aqui propor que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados. No que respeita aos rácios de liquidez e solvabilidade do Município estão estabilizados, aliás o rácios de solvabilidade ficou superior ao de dois mil catorze, o que evidencia aqui algum conforto e solidez financeira em termos de contas do Município. Portanto parece-me que em termos de contas e de prestação de contas, o Município continua a desenvolver aqui um trabalho rigoroso e com uma gestão muito cautelosa, e tentámos cumprir com as nossas obrigações no que respeita a fornecedores, e tentámos efetivamente reduzir paulatinamente a nossa dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque realmente isto também é importante para se garantir o tal equilíbrio financeiro das nossas contas. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Eu só queria deixar uma nota à consideração do Senhor Presidente, porque aqui quase ninguém é entendido em POCAL, eu entendo um pouco, mas aquilo que a Lei nos diz é que a prestação de contas tem vários documentos dentro dele, e têm um que é o relatório de gestão, e depois tem as demonstrações financeiras, o balanço consolidado, a demonstração consolidada, enfim todos os documentos que nós temos na nossa pasta, mas o relatório de gestão, e eu pedia isso para a próxima prestação de contas, o relatório de gestão para nós leigos tem que ser uma forma de apreendermos os outros documentos financeiros de uma forma simples, e portanto há vários capítulos e o relatório de gestão tem que ter os vários capítulos, que de uma forma simples nos expliquem o que está nas demonstrações financeiras, o que é que está no balanço, na demonstração consolidada, entre outros, e por isso alguns relatórios de gestão de muitos municípios que eu conheço e que tenho lido, tem vários capítulos como a evolução orçamental da receita, tem a evolução da receita global, a distribuição da receita, a participação dos impostos do Estado, análise da despesa, evolução da despesa, movimentos de tesouraria, análise do balanço, pois se fizesse ali muito sumário a gente percebia logo de que marco era o balanço, a situação patrimonial da autarquia, análise e demonstração de resultados, o esforço de dívida. Este é um pedido para nós lermos e apreendermos logo, porque nós se vamos ler esses documentos que aí estão como a demonstração consolidada e os mapas de caixa, e se calhar olhamos para isso e não percebemos nada, mas se estiver de uma forma simples e sumariada nós percebemos como é que as contas foram prestadas. É uma forma de transparência, e não é por acaso que cá está o relatório de gestão, porque é precisamente para fazer um resumo dos outros documentos de demonstração financeira, para nós que somos leigos apreendermos o que é que se passa. Em termos substanciais não tenho nada a dizer, e isto é uma proposta que deixo, que quando se elaborar o próximo relatório de gestão ter algum cuidado de desagregação disto, e explicar-nos melhor o que é que aí consta. Está aberta a discussão. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Posso dizer que pelo menos temos a certeza que o Município financeiramente está controlado, a dívida não aumentou pelo contrário diminuiu, e portanto em suma, estamos no bom caminho, pois a Câmara Municipal vai trabalhando, vai fazendo eventos, também vai fazendo obras, e que ainda tem dinheiro para pagar ao pessoal, pois eu também já ouvi dizer que já nem sequer havia dinheiro para pagar aos funcionários, e por isso muito sinceramente saio daqui confortável porque realmente a dívida até diminuiu e ainda há dinheiro para pagar ao pessoal."---

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente é normal que a dívida tenha descido, porque amortizámos 4.000.000,00 euros (quatro milhões de euros) de uma vez só, e tem impacto orçamental. Não obstante, a essa trajetória a nível da dívida que está bem patente no relatório de gestão, seria de ressaltar aqui a péssima relação entre a receita e a despesa, pois o Município neste momento está deficitário uma vez que tem mais despesa do que receita em dois mil e quinze, significativa, e é algo que deva preocupar, porque é um défice que tem que ser analisado e trabalhado para dois mil e dezasseis. Há dois indicadores que me saltam à vista, a péssima taxa de execução total que se cifrou em menos de metade, e o grau de execução do orçamento que foi apenas de dois terços, isto é, um terço do orçamentado não foi sequer executado. Penso que sejam valores que mancham a

atividade do Município em dois mil e quinze, e que tem que ser endereçados em dois mil e dezasseis, de forma a que não aconteça. Aliás eu alertei na sessão da Assembleia Municipal em que foi aprovado o Orçamento, em que referi que este estava demasiado empolado e aqui está a prova, estava um terço empolado, e é algo que não devia suceder porque acaba por arrastar todos os rácios que foram aqui lançados, e que podiam até deixar transparecer um bom ano de gestão, mas face ao que foi orçamentado, penso que não tenha sido um ano de gestão assim tão proveitoso. De qualquer forma se tivéssemos tido o cuidado de elaborar o Orçamento, conforme referi há cerca de um ano atrás talvez hoje tivéssemos a analisar um relatório de contas condigno, com a atividade do Município em dois mil e quinze. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Apenas para referir que relativamente à questão da execução, previa-se e assim ditava, pelo menos era essa a informação que corria de que em dois mil e quinze, o Portugal 2020 ou alguns dos programas e avisos destes já estariam abertos, e portanto quando se elaborou o Orçamento foi tida em linha de conta a questão relacionada com a possibilidade de candidaturas a este Programa. Porém constatou-se, e aliás ainda em dois mil e dezasseis praticamente não há ou são muito poucos os avisos de candidaturas que estão abertos no âmbito do Portugal 2020, o que naturalmente veio condicionar em dois mil e quinze concretamente, veio a condicionar a execução. Também houve aí uma execução em termos de receita do IMT, mas isso como podem calcular não depende do Município depende de outros fatores, e portanto aí a autarquia também é alheia a essa situação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Mais intervenções? Então fica apreciado o documento."-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 363/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Presidente faça o favor de apresentar a proposta."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Vimos aqui trazer uma segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, porque efetivamente houve aqui alguns reforços que eram necessários implementar tanto na receita, concretamente o montante de 81.639.00 euros (oitenta e um mil seiscientos e trinta e nove euros), correspondente à diferença das transferências do Orçamento de Estado, relativas a dois mil e dezasseis, e também o montante de 567.985,93 euros (quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e três cêntimos), correspondente ao saldo do ano anterior, e portanto isto foi uma das necessidades que implicou esta revisão orçamental. Por outro lado, também havia aqui algumas obras e empreitadas cuja designação teve que ser alterada, para nos possibilitar integrar futuramente em termos de candidaturas ao Portugal 2020, poder integrar estas obras ou estas empreitadas em termos de avisos/concurso, e portanto tal só era possível se a denominação das respetivas obras fossem alteradas. Elas estão aí elencadas, e são algumas que naturalmente teríamos que elencar aqui aquelas se calhar mais significativas como por

exemplo a requalificação da Rotunda dos Bombeiros Voluntários Figueirenses, a construção do Parque de Merendas e caminho de acesso à Fonte Romana - Nave Redonda, a ampliação do Cemitério em Figueira de Castelo Rodrigo, que não estavam efetivamente contempladas essas obras em termos de Orçamento, e que para as conseguir executar elas tem que estar aqui devidamente elencadas. Há aí uma série delas que são requalificações de Parques Infantis, e outra que é a Construção de um Parque Infantil em Vilar Torpim, que também tiveram que se ajustar e por isso a necessidade de se efetuar esta revisão orçamental. Porém, também se acabou por abrir a possibilidade de alguns destes investimentos serem abertos anos subsequentes, para que se consiga dar continuidade a algumas das obras nos anos seguintes, e portanto basicamente é isto que justifica esta segunda revisão orçamental. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguma intervenção? Vou dar a palavra ao Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** " Como sabem nós nas nossas três localidades temos três Parques Infantis, e neste momento encontram-se os três encerrados. Eu queria procurar ao Senhor Presidente da Câmara para quando, porque começa a chegar o verão e começam a vir os nossos imigrantes, e gostaríamos muito que pelo menos os seus filhos ou os netos dos que cá residem, tivessem um espaço para poderem brincar. Para quando estas obras? Era isso que eu queria procurar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Faça favor Senhor Presidente. Tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Dizer-lhes que no que respeita aos Parques Infantis, nós começámos efetivamente a preparar os projetos em novembro do ano passado, porém em janeiro houve uma alteração à Lei que veio a exigir outras intervenções nos respetivos parques, isto por questões de segurança e de iluminação dos próprios parques, o que obrigou a nova reformulação dos projetos. Assim sendo, eu creio que os Parques da Freixeda do Torrão, o da Vermiosa e também o de Figueira de Castelo Rodrigo estão já concluídos. Pelo menos esses três queria ver se o mais tardar no mês de maio inícios de junho as obras eram lançadas, para que se conseguisse ter em pleno verão as obras concluídas. Compreendo que seja uma situação incómoda e de facto que é de lamentar, mas que tem trazido aqui alguns condicionalismos em termos de exigências, e que nos obriga aqui a reformular alguns projetos, e também em termos de recursos humanos temos tido aqui algumas dificuldades, e que nos tem aqui condicionado a rapidez e a celeridade que era desejável para a implementação destes projetos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Mais intervenções?Não havendo discussão passamos à votação da proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Senhor Deputado tem aí o Voto de Reconhecimento?Solicitava então que o lesse."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Vou passar a ler o Voto de Reconhecimento: «-----

-----**Voto de Reconhecimento**-----

-----Considerando ter sido apresentada em Proposta n.º 355/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal ao projeto Exploração Agrícola, denominado Quinta da Serra - Escalhão.-----

-----Considerando a importância deste projeto para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo que servirá de âncora ao investimento privado, numa área de atividade onde os valores de excelência são razão única de sucesso, não poderíamos deixar de expressar o nosso reconhecimento, desejando o melhor sucesso e boas-venturas empresariais que serão certamente partilhados por todos os figueirenses.»-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Vamos então passar à votação do voto de reconhecimento. Colocada à votação o voto de reconhecimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. Este voto de reconhecimento irá ser enviado para o representante das Colinas do Douro Sociedade Agrícola, Lda. Antes de terminar vou dar a palavra ao Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** "Só para dizer mais uma vez que agradeço a presença de todos os presentes, e que estão todos convidados para o lanche que se vai realizar de seguida. Dizer ainda que amanhã vamos ter com o apoio da Câmara Municipal, a realização de um passeio pedestre com a participação de sessenta pessoas de todo o concelho, o qual se irá iniciar em Figueira de Castelo Rodrigo, temos o pequeno-almoço na Freixeda do Torrão e depois o almoço será aqui na Quintã de Pero Martins, onde também se irá realizar o almoço convívio dos caçadores para todos os habitantes desta aldeia. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Agradeço a presença de todos e dou por encerrado os trabalhos. Obrigado e até à próxima."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----